

Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana

Struggles of the working class and their relationship with the union organization of Social Work in the reality of São Paulo

Maria Beatriz Costa Abramides* 

Maria Lúcia Duriguetto** 

Maria Rosângela Batistoni*** 

RESUMO

O artigo trata do processo de desenvolvimento do movimento operário e dos movimentos sociais na década de 1970 e primeira metade da década de 1980 no estado e na cidade de São Paulo, em que projetos societários alternativos ao capitalismo foram gestados. É na colagem à essas forças sociais que a organização político-sindical do Serviço Social e segmentos profissionais impactam os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, notadamente a natureza da sua dimensão política, que se processa na ruptura com o conservadorismo e no fomento e indução da criação de um projeto profissional emancipador. O desenvolvimento do conteúdo deste artigo se baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Luta de Classes; Realidade Paulistana; Organização Sindical; Serviço Social.

ABSTRACT

The article deals with the development of the workers' movement and social movements in the 1970s and the first half of the 1980s in the state and city of São Paulo, in which alternative societal projects to capitalism were gestated. It is in the collage with these social forces that the political-union organization of Social Work and professional segments impact the theoretical-methodological foundations of the profession, notably the nature of its political dimension, which is processed in the break with conservatism and in the promotion and induction of the creation of an emancipatory professional project. The content of this article was based on bibliographical and documentary research.

Keywords: Class Struggle; São Paulo's Reality; Trade Union Organization; Social Work.

Introdução

Na conjuntura do pós 1973 até a abertura dos anos 1980, temos a crise do modelo econômico concentrador de renda e riqueza e cerceador das liberdades democráticas instaurado com o golpe de

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91735>

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Bolsista de Produtividade (PQ) do CNPq. E-mail: biabramides@gmail.com.

**Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Bolsista de Produtividade (PQ) do CNPq. E-mail: maluduriguetto@gmail.com.

***Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com.

Como citar: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L.; BATISTONI, M. R. Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 65-83, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91735>.

Recebido em 27 de fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em 17 de março de 2025.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1964, acentuada por altos índices inflacionários e recessão econômica. Neste contexto, particularmente no estado de São Paulo, que aqui tratamos, desenvolve-se uma ampla contestação de diferentes organizações e movimentos sociais amalgamados pelo movimento operário sindical com organização de greves, passeatas, assembleias, denunciando o aumento do custo de vida, a política de arrocho salarial, a inexistência e ou precariedade do acesso a políticas e serviços públicos e reivindicando a retomada das liberdades democráticas (Duriguetto, 2007).

É neste contexto mobilizador que porta projetos societários emancipadores que se alavanca a retomada da organização sindical dos assistentes sociais em São Paulo e que torna essa retomada um forte centro difusor de formação de “lideranças profissionais” que se sobressaem “como articuladores, organizadores e dirigentes” na formação profissional (envolvendo professores, estudantes e técnicos) e no trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais, como assinala Lopes, Abreu e Cardoso (2024, p. 89):

A colagem destas lideranças àquele processo ativo de organizações e lutas em ascenso é a condição central para a construção de processos de ruptura com o conservadorismo e criação de um projeto profissional emancipador, que tem na realização do Congresso da Virada seu momento emblemático.

Nas seções seguintes, expomos alguns elementos centrais do processo de organização e de lutas da classe trabalhadora desenvolvidos no estado e na cidade de São Paulo e a orgânica relação desenvolvida com este processo pela organização sindical e por segmentos profissionais do Serviço Social.

Movimento sindical e movimentos sociais: determinações sociopolíticas para a *Virada* profissional

O contexto da crise da ditadura empresarial militar foi marcado pela reinserção do conjunto das classes trabalhadoras na cena política em um vigoroso movimento grevista de seu amplo *operariado fabril*¹, eclodindo a partir da concentração industrial na região metropolitana de São Paulo e expandindo para outros segmentos, espaços, territórios e regiões do país. Núcleos de resistência nas fábricas, bairros e sindicatos desenvolveram as experiências das chamadas *oposições sindicais*, formadas por militantes oriundos de organizações de esquerda, da esquerda católica (Juventude Operária Católica; Ação Católica

1 No período de 1967-1968 houve um breve retorno à luta sindical pela formação de articulações intersindicais contrárias à política salarial, realizações de Conferências de Dirigentes de categorias com pautas e reivindicações contestatórias; eleições de algumas diretorias de oposições formadas pelas bases - caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco/SP; e a eclosão de greves como a de Contagem/MG e Osasco/SP (Mattos, 2003).

Operária) e sindicalistas de base. Alinharam-se em torno da luta contra a estrutura sindical oficial e pela organização de base nos locais de trabalho, em especial, por meio das *comissões de fábricas*² e de um *novo sindicalismo*³ de corte classista.

A articulação fabril e sindical ocorria simultaneamente às ações de mobilização e organização nos bairros periféricos em torno de reivindicações afeitas às outras necessidades da reprodução da força de trabalho (transportes, habitação, creches, saúde, infraestrutura e tarifas urbanas etc.). O movimento nos bairros propiciou, assim, condutos de contatos e articulações para organizar as lutas fabris (mas também de trabalhadores informais e desempregados) conjuntamente com os movimentos de bairro, tão intensamente imbricados naquele momento⁴.

Foi neste contexto que o conjunto das classes trabalhadoras realizou, de 1978 a 1992, um intenso *ciclo de greves*⁵ com pautas centradas nos reajustes salariais, pelas perdas provocadas pela inflação do arrocho nos governos militares e os constantes “congelamentos salariais”, trazendo a público a lógica de classe do modelo econômico, altamente concentrador de renda, gerador das profundas desigualdades sociais. Desde a sua emergência, as greves envolveram grande diversidade de categorias, como metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, garis, operários da construção civil, canavieiros, químicos, *plásticos*, (tal como a categoria se autodenomina) e trabalhadores dos setores médios, como professores, médicos e profissionais da saúde, dentre outras. Além de greves de categorias “novas” nas lutas sindicais, como a dos setores do funcionalismo público⁶.

A reorganização do conjunto da classe trabalhadora se expressou na criação do Partido dos Trabalhadores - PT (1979/1980) e na criação da Central Única do Trabalhadores - Cut

2 No universo das oposições sindicais, a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP) é a mais emblemática (Batistoni, 2010).

3 A ação sindical que deu visibilidade aos sindicalistas combativos foi a campanha de reposição salarial de 1977, iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e engrossada por outros a partir da denúncia da fraude salarial em 1973, quando, conforme informações do DIEESE, os assalariados haviam sido lesados em 34,1%. A luta gerou a articulação de dezenas de entidades sindicais de todo o país das mais variadas categorias.

4 A articulação do movimento operário e sindical, em especial da OSMSP, e os movimentos urbanos em diversas lutas na cidade de São Paulo abordaram experiências de ações de solidariedade e apoio nos fundos de greve e comandos regionais, participação nas lutas da saúde, por infraestruturas, denúncias e resistências à violência policial nas periferias (Ver Stein, 2016).

5 O apoio às greves contava com a sustentação de múltiplas atividades coletivas nas regiões e nos bairros periféricos, numa rede de relações articuladas pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), associações, grupos culturais, cursos de profissionalização, entre outros.

6 Lutas e atividades sindicais do funcionalismo público nos âmbitos federal, estadual e municipal, marcando atuação de múltiplos profissionais de áreas diversas como assistentes sociais, como lideranças e base, o que será adiante apontado no caso de servidores públicos do município de São Paulo e dos previdenciários.

(1983), potencializando novas mobilizações de massa nos planos político e sindical. O PT expressou um passo na afirmação de uma representação política que possibilitasse protagonismo no cenário nacional, unificando ação de forças sociais para além da classe trabalhadora em luta, e tornou-se polo aglutinador de outros segmentos assalariados da cidade e do campo na luta pela democratização com um corte classista e anticapitalista⁷.

No campo sindical, esforços e iniciativas foram efetivadas em torno da formação de uma central sindical de âmbito nacional, que se processa em agosto de 1983 com a realização do I Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat). Embora comportando diferenças no seu interior em torno de várias questões, a Central caracterizava-se por uma ligação intensa com as aspirações e mobilizações das amplas massas dos trabalhadores, afirmando-se como *direção e representação* efetiva e real do operariado industrial, trabalhadores rurais, funcionários públicos e os trabalhadores vinculados ao setor de serviços, expressando a heterogeneidade do mundo do trabalho no país (Antunes, 1991, p. 50).

A ampla mobilização da classe trabalhadora, como explicitamos, tem ao lado da retomada das lutas sindicais, a emergência de organizações e movimentos sociais nas diversas refrações da *questão social*, que passaremos agora a tratar.

Em São Paulo, as experiências das CEBs constituíram em uma das principais estratégias de mobilização popular nos anos 1970-1980, influenciando a organização de vários movimentos populares que eclodiram em diferentes regiões. Esses movimentos indicam sua vinculação, mesmo que apenas num primeiro momento, às CEBs ou no espaço de apoio da Igreja Católica⁸. Isto porque, com a autocracia burguesa e os frequentes ataques aos movimentos sociais, organizações de classes e grupos profissionais, a Igreja paulistana passou a apoiar e a constituir espaços para reuniões e articulações de vários movimentos e instituições não confessionais de resistência (como os sindicatos e oposições sindicais, as reivindicações por melhorias urbanas, movimento dos loteamentos clandestinos, do custo de vida etc.) e atuar por meio do trabalho e organização pastoral das CEBs nos processos de mobilização e organização popular (Camargo, 1983). A pedagogia das CEBs assenta-se em reflexões junto às classes subalternas baseadas na leitura bíblica da realidade em que vivem e do não acesso às suas necessidades básicas, sendo este o ponto de partida para a formação de uma identidade de interesses e de direitos, ampliação de uma consciência crítica pela organização de ações coletivas estimulando a formação de lideranças. O trabalho

7 O PT formou-se pela confluência do movimento operário e sindical, movimentos populares urbanos e rurais, estudantil, militantes e ex-militantes das organizações socialistas (marxista-leninista, trotskista), contingentes da esquerda católica originários das CEBs e das pastorais da cidade e campo, intelectuais, grupamentos e individualidades diversas. Ver Fernandes (1991); Secco (2003) e Iasi (2006).

8 As CEBs são uma expressão da Teologia da Libertação, movimento que surgiu na década de 1960 exercendo forte influência no pensamento e na ação da esquerda bem como se tem a adesão de membros das CEBs aos partidos e frentes revolucionárias em ascensão no continente (Lowy, 1991).

pedagógico das CEBs estava em sintonia com a linha política do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado em 1970 para a Arquidiocese de São Paulo⁹.

A atuação das CEBs na formação de lutas e movimentos sociais também é presente, embora com incidência menor, no trabalho dos *centros de assessoria aos movimentos sociais e sindicais* na instrumentalização das organizações, reivindicações e lutas por meio da elaboração de um acervo de materiais como cursos de educação popular sobre questões nacionais e regionais, programas partidários, legislação trabalhista, de uso do solo, material didático-pedagógico e audiovisual sobre organização e relatos de experiências. A seguir, explicitaremos alguns movimentos e organizações populares mais significativos que eclodiram na realidade paulistana nas décadas de 1970-1980: *Clubes de Mães*, *Movimento Custo de Vida*, *Movimento de Lutas por Creches*, *Movimento de Saúde*, *Movimento de Loteamento Clandestino*, *Movimento Negro Unificado e lutas pela liberdade de orientação e diversidade sexual*.

Na região sul de São Paulo, mulheres que eram, em larga maioria, trabalhadoras pobres, muitas de origem negra, formavam pequenos clubes dedicados ao ensino de alguns ofícios que, a partir de 1972, articulados com as CEBs, a Oposição Sindical Metalúrgica e a Pastoral Operária, passaram a serem espaços de debates sobre a inexistência e ou baixa qualidade de serviços básicos, sobre a política do arrocho salarial e ao alto do custo de vida posto pelo modelo econômico da ditadura civil-militar. Os *Clubes de Mães* ocupam um lugar de destaque de irradiação de organizações populares na periferia de São Paulo (Sader, 1988, p. 199), desenvolvendo lutas como a de conseguir água potável e saneamento básico, saúde, moradia, creches e escolas¹⁰, originando a criação do *Movimento Custo de Vida* (MCV).

O MCV teve um papel importante entre os anos de 1973 e 1978 ao apontar as perdas salariais e o aumento do custo de vida¹¹. Nesses anos, desenvolveu ações de denúncia do custo de vida e do arrocho salarial por meio de coleta de dados (pesquisas de gêneros da cesta básica e artigos de primeira necessidade feitos pelas participantes dos Clubes de Mães com o apoio

9 Evidencia-se que, dentre as CEBs, “algumas alcançam nível mais avançado de consciência crítica”. Nelas [...] a Comunidade é levada a projetar seu interesse além dos limites das reivindicações imediatas e da solidariedade interna do grupo”, relacionando-os com “os problemas decorrentes do crescimento econômico excludente, para as relações de trabalho, para as instituições sindicais e políticas”. (Camarogo *et. al*, 1983, p.75-76).

10 É também relevante o apoio dos Clubes de Mães nas mobilizações e greves do “novo sindicalismo” no ABC paulista no final dos anos 1970, como apontamos anteriormente nas ações de solidariedade nas lutas sindicais e a dos bairros.

11 Essas reflexões e a formação das *comissões de fábrica* foram importantes para o desenvolvimento das greves metalúrgicas de 1978/1979. O líder sindical Santo Dias e sua esposa, Ana Dias, foram centrais no processo de articulação dos Clubes de Mães e nos grupos dos operários da fábrica de que começaram a participar. (Azevedo; Benedicto; Dias, 2004, p.162-170; Monteiro, 2015; Diniz, 2018).

de bispos como Dom Mauro Morelli e Dom Paulo Evaristo Arns), divulgação dos resultados por meio de mobilizações e protestos em praça pública, pelo jornal *Boletim*, criado pelo movimento, pela realização de assembleias¹², por políticos de oposição na imprensa, abaixo-assinados (em nível nacional) e de cartas às autoridades. O processo de desenvolvimento do MCV passa, também, a aglutinar outras pastorais sociais, grupos de direitos humanos, associações de bairro, oposições sindicais e partidos progressistas e de esquerda (MDB, membros de organizações clandestinas de esquerda-trotskistas, MR-8, PCB, PCdoB entre outros), intelectuais e estudantes universitários. A partir de 1979, o MCV passa a se nomear Movimento Contra a Carestia (MCC), encerrando suas atividades em 1982¹³.

É também por meio do Clube de Mães da zona sul que emerge, paralelamente ao MCV, o processo reivindicativo da *luta por creches*, que se unifica, enquanto movimento, no 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979¹⁴. O *Movimento de Luta por Creches* se dividia em zonas por toda grande São Paulo e suas lutas reivindicativas eram pela construção de creches pelo governo estadual e municipal e sua obrigatoriedade nas unidades de produção. Depois do Congresso, iniciou-se o processo de organização de comissões por bairros com o apoio das CEBs e dos Clubes de Mães (Gohn, 1985). O Movimento de Lutas por Creches aglutinou em torno de si os movimentos da carestia, da habitação, da melhoria de favelas e da saúde e teve a participação e o apoio de militantes das CEBs, associações de bairro¹⁵, feministas e de profissionais, em que se destaca as assistentes sociais. Pela mediação da luta por creches, outras questões eram tratadas como aborto, sexualidade, violências etc. Este processo tem sua articulação, enquanto forma de união entre feministas e mulheres trabalhadoras, na realização dos posteriores Congressos da Mulher Paulista. É relevante destacar, a partir de 1975, a criação do *Movimento Feminino pela Anistia*, que junto aos outros movimentos, passou a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia, contribuindo para a aprovação da Lei da Anistia, em 1979; e a expansão da *luta feminista de esquerda* por meio da publicação dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, que tematizavam a sexualidade, aborto, violência doméstica e divórcio. Essa iniciativa impulsionou a união dos grupos feministas com mulheres da periferia, ampliando suas reivindicações para além da luta por necessidades materiais (Teles; Santa Cruz, 2013).

12 No dia 27 de agosto de 1978, mais de 20 mil pessoas lotaram a Catedral da Sé para a assembleia do MCV e, ao seu final, foram coercitivamente atacadas pelo aparato militar.

13 Para uma análise da atuação dos grupos políticos no MCV e para o encerramento de suas ações (Monteiro, 2015).

14 Neste primeiro Congresso foi criado o Movimento de Luta por Creche, abrangendo bairros, sindicatos e grupos feministas. Demais reivindicações foram tiradas pelas 2 mil participantes: lavanderias e restaurantes públicos e atuação sistemática das mulheres nos bairros, nos sindicatos e partidos, levando para essas organizações as reivindicações e lutas das mulheres.

15 Para uma apreensão das mutações do movimento de bairro em São Paulo ver Singer (1980. p. 83-107).

Em relação à organização da luta das mulheres, no cenário de efervescência do movimento operário, ocorreu, nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. As bandeiras de luta deste Congresso circunscreviam à salário igual para trabalho igual; acesso a cargos de chefia e a cursos profissionalizantes; contra o controle do tempo para ir ao banheiro e contra o abuso de autoridade imposto pela chefia; por creches e berçários, restaurantes coletivos nos locais de trabalho; pelo direito de amamentar durante o trabalho; pela estabilidade da mulher casada e gestante; por melhor assistência médica; por maior participação política e sindical; e pela criação de departamentos femininos nos sindicatos.

O *Movimento de Saúde da zona leste* inicia-se em meados da década de 1970 e teve nas CEBs e no trabalho de médicos sanitaristas¹⁶ o fomento para seu processo de formação e organização. Das ações articuladas desses sujeitos foram criadas “comissões de saúde”, que contribuíram na organização e politização de reivindicações coletivas quanto às condições de vida em relação à saúde pública, processo que culmina, em 1978, com a realização de uma Assembleia Popular de Saúde. O segmento sindical ligado a partidos que permaneceram na clandestinidade (PCB, PC do B e AP) teve sua presença nas lutas operárias e nas várias lutas dos bairros da região. Na luta da saúde, seus integrantes articularam-se à pastoral de saúde e à pastoral operária, conferindo uma dimensão de saúde relacionada com as condições de vida.

Em 1976, começa a articulação do *Movimento de Loteamento Clandestino* (MLC) da zona sul através de lideranças das SABs e das CEBs, sendo posteriormente ampliado de forma diversa para outras regiões. A luta do movimento era pela legalização dos loteamentos e pela escritura dos lotes e, conseqüentemente, pelas melhorias nos bairros. O MLC compõe um processo de disposição de diferentes formas de luta pela moradia (pelo acesso à terra, pela posse da terra, pela construção por meio de mutirões e autogestão na produção habitacional entre outros). Enquanto moradores (as) trabalhadores (as) em bairros sem infraestrutura, o movimento foi fonte de outros movimentos sociais e lutas reivindicativas (Gohn, 1991).

O Movimento estudantil voltou ao cenário político em 1975 com a realização de greves em algumas universidades, tendo o seu interior forte influência das representações estudantis das chamadas tendências políticas dos partidos e organizações políticas que ainda continuavam clandestinas. A principal bandeira levantada pelas tendências era a luta por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita, a refundação da Une (que se dá em 1979). É de se destacar a participação de muitos estudantes no apoio e na construção dos movimentos sociais que estavam em desenvolvimento naqueles anos,

16 A conduta majoritária dos médicos sanitaristas era de apresentar às populações atendidas as “causas sociais” das doenças, contribuindo para o entendimento coletivo sobre o caráter *público* e de *direito* dos serviços de saúde e para a organização política dos moradores (Sader, 1988, p.266).

como o MCV. A campanha pelas *Diretas-Já*, em 1984-85, foi o momento de maior demonstração de força da oposição à ditadura, com mobilizações massivas em todo o país; nelas, a Une desempenhou importante papel, assim como as entidades estudantis estaduais que haviam sido criadas neste período em vários estados e universidades.

Em concomitância conjuntural ao desenvolvimento de movimentos e lutas sociais relativas às demandas por políticas e direitos sociais e pelos direitos democráticos, temos em 1978 a fundação do *Movimento Negro Unificado* (MNU) que marca a retomada da organização dos enfrentamentos ao racismo nas diferentes esferas da vida social, com a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. No seu Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia a desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (Domingues, 2007). Destaca-se o surgimento de organizações políticas de mulheres negras contra as desigualdades raciais e de gênero, associações culturais, de arte e agremiações que foram tendo papel fundamental no processo de resistência.

É também no final dos anos 1970 que temos a luta pelo reconhecimento, ocupação de espaços e visibilidade da liberdade de expressão da orientação sexual e da identidade de gênero da comunidade LGBTQIAP+¹⁷. Luta que se expressou por meio de ações políticas, mobilizações, debates e paradas do orgulho LGBT, que teve o apoio e a solidariedade de outros movimentos sociais, como o movimento feminista.

Explicitados o desenvolvimento dos movimentos sindicais e populares na região e na cidade de São Paulo, é importante destacar a participação de militantes no seu movimento específico e mais três ou quatro outros, como nas CEBs ou pastorais ligadas à igreja, ao movimento de moradia, mulheres, associação de moradores, no processo de criação do PT, entre outros. Além das articulações próprias de cada movimento, como a articulação dos movimentos de moradia, Fórum das mulheres etc. Essa participação e a experiência dos mesmos militantes em movimentos e organizações diversas foram um propulsor de formação de *consensos programáticos no campo das forças sociais* ao que tange a uma *agenda comum de lutas e reivindicações, que se circunscreviam à abertura democrática, eleições diretas e à conquista e acesso aos direitos sociais e trabalhistas*.

Foi com essa agenda consensual que, em 1977, iniciou-se ações para o desenvolvimento de uma articulação dos movimentos sindicais e populares, com a criação da *Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais* (Anampos). Entre 1979 e 1983,

17 Para uma introdução ao histórico do movimento no Brasil ver Quinalha (2022) e as referências por ele citadas.

existiam divergências no interior da entidade de ordem político-partidária (a expressão partidária era hegemônica pelo PT), sobre a questão da prioridade das lutas sindicais e/ou populares, bem como dos processos de articulações dessas lutas. Essa dinâmica de divergências culminou, nesses anos, na centralidade de ações para a articulação das oposições sindicais,¹⁸ contribuindo para a realização da Conclat e da Cut. Nos anos seguintes, a Anampos ficou como espaço da aglutinação dos movimentos populares, criando, em 1989, a Pró-Central de Movimentos Populares e, em 1993, a Central de Movimentos Populares, ambas de âmbito nacional (Mance; Pontual *et al.*, 1991).

Lutas de Classe e Serviço Social: determinações sócio-históricas para a emergência de um novo projeto profissional

A relação entre movimento sindical, movimentos sociais e Serviço Social está presente desde a década de 1960 com o trabalho de assistentes sociais desenvolvido junto às CEBs com forte influência da igreja católica progressista; no denominado “desenvolvimento de comunidade ortodoxo” (Amann, 2013), como um dos componentes do trabalho profissional e pela influência do Movimento de Reconceituação que se afluía na América Latina e que irrompe, no início dos anos 1970, com a experiência da formação profissional de Serviço Social da Puc de Minas Gerais, o chamado *Método BH*.

De outro lado, uma vigorosa atuação junto ao movimento estudantil, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e na Une¹⁹, bem como na organização político-sindical de sindicatos e associações pré-sindicais de assistentes sociais que se mantiveram até o ano de 1968, quando se promulga o AI nº5. O movimento estudantil é desmantelado logo após a repressão ao XX Congresso da Une, com prisão de todos os estudantes e enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Lutadores(as) sociais foram perseguidos, presos, exilados e muitos, assassinados; os sindicatos combativos, extintos, entre esses os cinco sindicatos e as quatro associações pré-sindicais de assistentes sociais existentes no período²⁰.

18 Neste período, as forças políticas sindicais, principalmente lideranças de São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André e oposição metalúrgica de São Paulo eram as mais expressivas no interior da ANAMPOS.

19 Algumas estudantes de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Puc-SP e da Faculdade Paulista de Serviço Social compunham o movimento estudantil por meio da Enesso e da Une. Estavam filiadas às organizações da esquerda, hegemonicamente na Ação Popular Marxista Leninista. Essa formação política possibilitou questionarem os documentos de Araxá e Teresópolis no âmbito da formação profissional (Abramides, 2023).

20 Os cinco sindicatos existentes eram o de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Ceará. As cinco associações pré-sindicais existentes eram as de São Paulo, Bahia, Goiás, Paraná e Santa Catarina.

Como explicitamos, na segunda metade da década de 1970 as mobilizações e greves operárias se espraiam por outras categorias de trabalhadores em vários setores da esfera da produção mas também do Estado, acrescido das lutas dos movimentos populares, o que configurou um momento de ascenso das lutas sociais. Segmentos profissionais do Serviço Social, desde o primeiro momento, vinculam-se organicamente à essas forças sociais de lutas imediatas e de lutas históricas contra a autocracia burguesa, o capitalismo e o imperialismo.

Na esfera da *organização política da categoria*, são retomadas as entidades sindicais e pré-sindicais (Associação Pesbiteriana de Ação Social - Apas e Sindicatos)²¹ e inicia-se uma grande articulação nacional. Com o apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) constroem a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e pré-sindicais (Ceneas), em 1979, e a seguir, em 1983, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas)²² (Abramides, 2019).

As assistentes sociais representantes de diretoria e da base dos sindicatos e associações profissionais se reúnem, sob a direção da Ceneas, para preparar a estratégia de atuação no III CBAS (1979), à época organizado pelo conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS / Conselho Regional de Assistentes Sociais - Cras, dirigido por tecnocratas conservadoras, muitas vinculadas à direita.

O *congresso da virada* rompe com o conservadorismo, sob a direção da Ceneas, em articulação com a Abess (que já vinha em um processo de renovação na formação profissional, expresso na construção e aprovação de um novo currículo mínimo nacional²³), contando, também, com a retomada da organização estudantil. Com a adesão massiva da categoria, os rumos da profissão foram radicalmente alterados. No III CBAS, as assistentes sociais se reconhecem como parte da classe trabalhadora, inscritas na divisão sociotécnica, racial e sexual do trabalho, partícipes do trabalho coletivo, em sua condição de assalariamento e assumem a direção social da profissão voltada para a luta por direitos

21 Até a Constituição de 1988, trabalhadores (as) em serviço público não podiam se organizar em sindicatos e a estrutura sindical era de cunho corporativista, o que impedia à organização sindical por categoria. É sob a perspectiva de se vincular ao sindicalismo classista e pela relação com os movimentos populares em seus espaços sócio-ocupacionais (como veremos), que se retoma a organização político-sindical da categoria a partir de 1978.

22 Em 1977, 4 entidades sindicais realizaram um primeiro encontro em Belo Horizonte e deliberam por retomar a organização político-sindical em todo o país a partir de um processo de mobilização da categoria sobre condições de trabalho, salário e carga horária. Em 1979, já eram 29, entre sindicatos, oposições sindicais e associações pré-sindicais sob a direção da Ceneas, a grande maioria filiada à Cut e, a partir de 1983, todas filiadas à Anas.

23 O marco da *virada* em relação à formação profissional está na realização da XXI Convenção da Abess realizada em Natal em 1979, em que se constrói e se aprova o chamado “novo currículo de 82” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2024).

sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. Essa *virada* somente foi possível pela conjuntura de ascenso das lutas sociais, particularmente em São Paulo, como explicitamos no item anterior, e pela *colagem* e organicidade das lideranças e segmentos profissionais aos movimentos sindicais e sociais em ebulição e, por conseguinte, pelo avanço na formação de consciência política classista.

Em relação à organização sindical, tínhamos na direção das entidades sindicais e pré-sindicais um grande contingente de assistentes sociais que trabalhavam na esfera pública, em todos os estados²⁴, o que possibilitou uma vinculação orgânica dessas profissionais, no caso de São Paulo, da Apas-SP e do Sindicato com trabalhadores(as) no Serviço Público municipal, estadual e federal. Embora o governo somente negociasse com as associações e sindicatos de categorias, como a de assistentes sociais (entre outras), a profissão tinha representantes eleitas por locais de trabalho, na base do serviço público, que atuavam junto com as entidades sindicais nas campanhas salariais, comissões e mesas de negociação sobre reposição de perdas salariais, contrato coletivo de trabalho, concurso público, plano de cargos e carreiras, defesa do trabalho profissional e dos profissionais que eram perseguidos e demitidos, nas mobilizações e greves de trabalhadoras em serviço público nas diferentes esferas.

Essa inserção, constante e permanente, impulsionou a organização sindical dos trabalhadores em serviço público (a partir de 1988). Segmentos profissionais estavam no Sindicato de Assistentes Sociais e construíram o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, o Sindicato dos Previdenciários, o Sindicato Estadual da Saúde. Esses sindicatos por ramo de atividade, sindicatos gerais ou por contratação foram fruto das lutas ocorridas entre 1978 e 1988, em que a Apas-SP/Sindicato/Ceneas e a Anas tiveram um papel decisivo na organização político-sindical das/os trabalhadoras/es em serviço público, contribuindo na construção e consolidação dos sindicatos por ramo de atividade econômica, conforme deliberação do Congresso da Cut, em 1986.²⁵

Em relação às lutas mais gerais da classe trabalhadora, a organização sindical da categoria esteve presente nas lutas pela revogação da Lei de Segurança Nacional; pelas Diretas-Já, contra o Colégio Eleitoral; por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre soberana e democrática; pela reforma agrária radical sobre o controle dos trabalhadores,

24 Historicamente, as assistentes sociais se inseriram, majoritariamente, como trabalhadoras no serviço público, contabilizando, à época, 62,5%, sendo 14,4% na esfera municipal, 21,1% na estadual e 30% na federal; no setor privado, 30%; em economia mista 6,85%; 26,8% desempregadas, sendo 7,8% em desemprego aberto e 19% sem exercer a profissão (Abramides; Cabral, 1995, p.162).

25 A CUT, em seu Congresso em 1986, delibera pela construção de sindicatos por ramo de atividade econômica. Na IV Assembleia sindical da ANAS, em 1994, delibera-se por unanimidade pela construção sindical por ramo de atividade, porém, alguns sindicatos acabam não encerrando suas atividades, notadamente os que estavam sob a direção do PC do B, e criam uma Federação Sindical de Assistentes Sociais no ano 2000.

pela reforma urbana, pela demarcação das terras indígenas e em defesa do meio ambiente; contra todas as opressões de gênero, raça, etnia, sexualidade; contra todos os planos econômicos recessivos; contra o FMI, pelo não pagamento da dívida externa. No plano sindical, as lutas eram pela autonomia e liberdade sindical, direito irrestrito de greve, pelo fim do imposto sindical, pelo fim da estrutura sindical corporativista, pela solidariedade classista internacionalista. Se perseguia a articulação das lutas políticas às econômicas, culminando em várias greves gerais no período, em que a Apas-SP e o Sindicato construíram ativamente os movimentos grevistas com o conjunto da classe trabalhadora.

As representantes de diretoria e de base das organizações sindicais e pré-sindicais da categoria estiveram na Anampos e na fundação e construção da Cut em todos os estados, participando de suas direções regionais, estaduais e nacional, e como representante no departamento da Cut sobre a *questão da mulher trabalhadora*, juntamente com as sindicalistas de outras categorias de trabalhadoras. As dirigentes das entidades sindicais também possuíam militância nas organizações de esquerda, entre elas no Movimento de Emancipação do Proletariado; na Convergência Socialista, na Organização Socialista Internacionalista e no PC do B.

Em relação à organização partidária, as assistentes sociais que atuavam no movimento sindical e popular e que estavam na linha de frente nos espaços sócio-ocupacionais articulando o trabalho profissional aos movimentos sociais, estiveram presentes na construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980²⁶.

As direções e base da Apas-SP e do Sindicato de Assistentes Sociais de São Paulo também estiveram articuladas com os movimentos e organizações populares mais expressivos que atuaram na cidade de São Paulo nas décadas de 1970-1980²⁷, como explicitado no item anterior: Movimento Custo de Vida, Movimento de Lutas por Creches, Movimento feminista; Movimento de Saúde, Movimento de Loteamento Clandestino, Movimento de Favelas, Movimento estudantil, Movimento Negro Unificado e lutas pela liberdade de orientação e diversidade sexual.

Explicitamos, a seguir, as principais ações dessa articulação:

- a. em 1977, período da reorganização da Apas-SP, uma violenta repressão ocorre na Puc-SP sobre o movimento estudantil, que estava realizando uma reunião de rearticulação da Une. Nela, cinco estudantes sofreram violência física e 41 estudantes são processados na Lei de Segurança Nacional, 3000 estudantes, funcionários e professores são

26 As assistentes sociais de diretoria e de base da APASSP, juntamente com militantes do Sindicato de Sociólogos, construíram um núcleo de assistentes sociais e sociólogos para contribuir no processo de construção do partido. Assim, tinham militância organizativa e de mobilização no PT, participando de campanhas de filiação, participação ativa nas instâncias regionais e nos congressos nacionais do partido.

27 Brant e Singer (1980), Abramides e Cabral (1995); Abramides (2019; 2023).

- detidos no estacionamento. A Apas-SP se dirige à Puc em apoio e solidariedade ao movimento estudantil e de repúdio à violência ocorrida;
- b. no Movimento do Custo de Vida, a presença de dirigentes da Apas-SP foi ativa na campanha pelo recolhimento de assinaturas reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e pelo aumento dos salários acima do custo de vida. As assistentes sociais da base e as dirigentes participaram dos debates com a população cuja qual trabalhavam sobre a importância desse movimento, auxiliando na organização das ações do movimento a partir de suas relações de trabalho em cada território (Abramides; Cabral, 1995, p. 285-286);
 - c. ação conjunta na luta por creches diretas, contra a proposta (à época) de mães crecheiras posta pela Prefeitura Municipal (por meio da Secretaria da Família e do Bem-estar Social), que significava repassar recursos para que as mulheres da periferia cuidassem das crianças em suas casas, o que significava a desresponsabilização do Estado com essa política pública e sem o trabalho pedagógico e social necessário. O Movimento de Luta por Creches resistiu bravamente contra essa forma de terceirização, com a participação da diretoria da Apas-SP, de assistentes sociais de base, em articulação com a Faculdade de Serviço Social da Puc-SP²⁸;
 - d. Em relação ao movimento feminista, as dirigentes e representantes de base da Apas-SP construíram e foram parte da coordenação do 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979. A APASSP estava na coordenação deste Congresso juntamente com “representantes de organizações femininas e feministas, da associação de donas de casa, do Serviço de Orientação Familiar, da Frente Nacional do Trabalho” e demais sindicalistas que lutavam pela “implantação de creches, lavanderias, restaurantes públicos” [...] acrescidas de reivindicações sindicais “salário igual para trabalho igual, oportunidades de trabalho, de formação e de socialização do trabalho doméstico (Abramides; Cabral, 1995, p. 253-254).
 - e. também em relação à luta feminista, a Apas-SP estava presente e na direção do setor da Cut sobre a *questão da mulher trabalhadora*, fomentando debates sobre a questão da igualdade de gênero e do combate ao machismo presente na organização sindical. No movimento de mulheres feministas, atuava nos debates e lutas pela legalização do aborto (pauta presente desde os anos 1960 no movimento estudantil), bem como pelo reconhecimento da livre orientação sexual²⁹;

28 Foram realizadas assembleias permanentes e a prefeitura, pela pressão popular, se viu obrigada a retirar a proposta, passando a implementar a política de creches no âmbito da secretaria.

29 No 1º Congresso da Mulher Paulista, havia um setor conservador que não admitia que mulheres lésbicas estivessem presentes. A Apas-SP, juntamente com mulheres feministas de combate, insurgiu-se contra essa proibição e visão reacionária, defendendo as suas participações.

- f. Em relação ao Movimento de Loteamentos Clandestinos, o curso de Serviço Social da Puc-SP mantinha os *campos pilotos* com professores e estudantes³⁰ juntamente a esses movimentos e os mesmos eram debatidos na Apas-SP como referência de ação profissional diretamente articulada a este movimento social;
- g. em relação ao Movimento de Saúde, a direção da Apas-SP e, posteriormente, do Sindicato e da base da categoria, estiveram presentes na luta pela reforma sanitária, na 8ª Conferência Nacional da Saúde, e na construção da proposta pela criação do Sus, participando das assembleias populares regionais, que aglutinavam milhares de trabalhadoras(es) em toda a cidade, mobilizando assistentes sociais a partir de seus territórios de trabalho, em que tinham um vínculo forte e efetivo com a população dos bairros;
- h. Na luta por moradia, a Apas-SP foi uma das precursoras para o surgimento do Movimento Unificado de Favelas. As assistentes sociais da diretoria e de base tinham uma forte vinculação com os moradores(as) das favelas e, nesse processo de ação profissional, inicia-se com a população uma pauta programática. As primeiras reivindicações se voltavam ao pagamento da taxa mínima de água e luz nas favelas e, posteriormente, desenvolve-se uma grande mobilização dos movimentos populares de moradia, por meio de realização de assembleias populares de luta por moradia e para derrubar o decreto-lei de nº 15.086 de 15 de junho de 1978, que estabelecia que as assistentes sociais deviam, juntamente com os policiais, retirar os moradores das favelas (Abramides; Cabral, 1996, p. 246). A Apas-SP esteve à frente da mobilização dos moradores (as) de favelas por meio da realização de assembleias em todas as regiões da cidade, desenvolvendo um amplo e vigoroso processo de lutas que fez com que o projeto fosse engavetado³¹;
- i. As assistentes sociais da Apas-SP se fizeram presentes na criação do Movimento Negro Unificado em sua manifestação histórica, em 1979, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, juntamente com representantes de movimentos sociais, sindicais e populares;
- j. A Apas-SP participou da construção da Anampos juntamente com os movimentos sindicais e sociais classistas, participando efetivamente da agenda programática criada coletivamente pelos participantes até a criação da Cut.

30 A experiência dos Campos Pilotos na periferia da Zona Sul de São Paulo (1980-1981) foi desenvolvida como projeto de extensão em interface com pesquisa e campo de estágio, aprovado pelas instâncias acadêmicas, em uma relação direta entre a formação e as lutas sociais envolvendo atividades com todos os segmentos, lideranças, mulheres e jovens, sendo tema de TCCs e dissertações de mestrado, além de relatórios.

31 Brant e Singer (1980) reconhecem a importância da Apas-SP nesta luta que origina o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Pró-Morar da cidade de São Paulo. São lutas pela conquista do direito à terra, com a fixação da população com urbanização das favelas, cumprindo a função social de propriedade, luta pela criação das Zonas Especiais de Interesse Social para a construção de habitação popular (Abramides; Cabral, 1995, p. 245-246).

A Apas-SP e o Sindicato também estiveram envolvidos nas experiências profissionais em que se desenvolveu uma relação direta com as organizações e lutas sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Havia comissões de base de assistentes sociais que trabalhavam nas várias esferas do Estado, que se reuniam na Apas-SP (1978 a 1983) e no Sindicato (a partir de sua fundação, em 1983), em que se discutia as várias ações em defesa dos direitos da população que estavam sendo ameaçados, retirados, ou não atendidos. Isso ocorreu nas áreas da habitação popular, da saúde, da educação, da previdência, da assistência social, da luta por creches, dos transportes, em que a Apas-SP/Sindicato participou (com e como assistentes sociais) no apoio às assembleias e comissões de representantes populares, nas negociações conjuntas de profissionais e população junto ao poder público, de solidariedade ativa nas ocupações de terra, de secretarias (ações diretas bastante frequentes naquele período de forte mobilização social e lutas coletivas). Em relação ao trabalho junto à população, uma luta de grande expressão foi a desencadeada por setores do movimento de moradia na Zona Leste de São Paulo com o apoio de assistentes sociais, demais servidores e dirigentes da Apas-SP Cf (Duriguetto e Abramides, 2024).

No campo de assessoria aos processos de organização da classe trabalhadora, destacamos a contribuição de assistentes sociais no trabalho realizado pela Fase³² e da organização sindical da categoria no trabalho desenvolvido pelos Centros de Direitos Humanos para o acesso a direitos, ações de denúncia à sua violação e à prática coercitiva do Estado através do braço policial³³.

Outra experiência inovadora foi a desenvolvida por profissionais na área de habitação popular no Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop-SP), em que a população residente nos conjuntos habitacionais se organiza e constrói a primeira associação nacional de mutuários para lutar por seus direitos na área da habitação social. A ação da instituição foi a de demitir toda a equipe técnica, e uma vez mais a população dos vários conjuntos habitacionais do estado esteve em defesa do trabalho de assistentes sociais, na luta por suas readmissões.

O trabalho social desenvolvido junto aos moradores(as) de conjuntos habitacionais e cooperativas habitacionais possibilitou que houvesse um salto na organização popular que se expressa em: a) criação de associações de moradores com democracia interna; b) re-

32 Nos bairros, os projetos desenvolvidos pela Fase eram em parceria com as Cebis e com grupos da Igreja Católica, envolvendo a atuação junto a grupos, associações, movimentos de moradores de bairros periféricos que lutavam por moradia, educação, transporte etc. (Silva, 2021). O trabalho era feito por profissionais multidisciplinares, dentre os quais assistentes sociais, e todos os profissionais assumiram o papel de “educadores populares”.

33 Explícita Singer (1980, p.102): “Um dos grupos sociais cujos direitos são mais frequentemente violados é o dos favelados, constantemente ameaçados de despejo de suas precárias moradias. Para defendê-los a Comissão de Direitos Humanos se uniu com a Associação dos Assistentes Sociais (APASSP)”.

presentantes de base eleitos por ruas e quarteirões; c) conhecimento do sistema financeiro mercantil do BHH e consequente luta em defesa do caráter social da habitação contrária à mercantilização; d) denúncia em relação à construção indevida de habitação em terrenos de marinha, exigindo áreas adequadas para sua realização; e) participação das crianças na definição do “parquinho comunitário”; f) encontro regional e nacional de cooperativados(as) para encaminhar suas reivindicações, f) autogestão condominial com participação coletiva. A Apas-SP teve uma ação decisiva na defesa intransigente do trabalho social realizado bem como na luta pela readmissão das profissionais, com um movimento junto à categoria (com participação do Cress-SP) para que nenhuma profissional assumisse a vaga das demitidas.

Considerações Finais

Há meio século, o ressurgimento dos movimentos grevistas e as lutas de movimentos sociais no estado e na cidade de São Paulo marcou uma *reorganização da classe trabalhadora*, com a construção de novas organizações políticas e sindicais que reelaboraram projetos societários, que, não obstante, suas diferenças internas (de intensidade progressista e ou revolucionária) impulsionaram ações reivindicativas de massa contra o modelo econômico e o regime político postos pela autocracia burguesa.

É este quadro conjuntural de reinserção de forças sociopolíticas de resistências e de lutas que possibilita a retomada da organização política do Serviço Social, a qual contribui centralmente para a construção de processos de ruptura com o histórico conservadorismo teórico-metodológico e político no âmbito da profissão. *Em outras palavras, os vínculos políticos estabelecidos pela organização política da categoria com os projetos societários da classe trabalhadora incidem nos projetos profissionais, produzindo rupturas e transformações seminais.*

Processos reveladores dessas mediações estão nos vínculos da Apas-SP/Sindicato com as organizações sindicais, partidárias e nos movimentos sociais contribuindo tenazmente para o fortalecimento deste campo e dando concretude profissional a estes vínculos ao atuar nos espaços sócio-ocupacionais, incentivando e apoiando ações da categoria nas negociações junto ao poder público para a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora. Nestas ações de negociação, a organização e a mobilização popular eram determinantes, inclusive para apoio aos profissionais que foram perseguidos, demitidos, remanejados de seus postos de trabalho por estarem *deste lado*. Em linhas gerais, a Apas-SP/Sindicato contribuíram, *devido àqueles vínculos*, para a organização popular na conquista de alguns direitos sociais e na formação da consciência crítica e classista nos “sujeitos de direitos” atendidos pela categoria e, ao mesmo tempo, na própria categoria em seu reconhecimento como parte da classe trabalhadora.

Outras mediações desenvolvidas por aqueles vínculos são as que se processam no âmbito da formação profissional e na produção de conhecimento. As bases sócio-políticas daqueles vínculos se coadunam com a aproximação e interlocução da profissão com o pensamento marxiano e com a tradição marxista, desencadeando transformações substantivas e radicais em todos os âmbitos da profissão. A construção de um novo projeto profissional, o denominado projeto ético-político, é ininteligível sem a consideração das bases sociopolíticas e de seus projetos societários classistas e os vínculos e as mediações que com elas foram construídas pela organização política do Serviço Social.

Contribuições: Todas as autoras participaram da elaboração, desenvolvimento e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Maria Lúcia Duriguetto e Maria Beatriz Costa Abramides. Bolsistas de Produtividade PQ2 CNPQ.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro - Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C. “O Fio Vermelho nos move: Legado do Movimento Estudantil de 1968. *Revista Temporalis*, v. 23 n.46, 2023.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, M. M., CARDOSO F. G., LOPES, J. B. A Geração da Virada na organização do Serviço Social brasileiro. In: MATOS, M. C.de; SOUZA, R. O; FREIRE, S. M. (Org.) *Pessimismo da Razão e Otimismo da Vontade de Maria Inês de Sousa Bravo*. Rio de Janeiro: CRV, 2024.

ABRAMIDES, M. B. C.; MAZZEO, S. C.; FINGERMANN, T. N. *Repensando o Trabalho Social: A relação entre Estado, Instituição e População*. São Paulo: Cortez, 1983.

AZEVEDO, J.; BENEDICTO, N.; DIAS, L. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- BATISTONI, M. R. *Confronto Operário: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nas greves e comissões de fábricas (1978-1980)*. São Paulo: IIEP/NPC, 2010.
- BRANT, V. C.; SINGER P. *São Paulo o Povo em Movimento*. São Paulo: Vozes, 1980.
- CAMARGO, B.M. *et. al.* Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- DINIZ, C. A. N. *O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018.
- DURIGUETTO, M. L. *Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.
- DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B. C. Serviço Social e lutas sociais: o relato de uma experiência de trabalho profissional na prefeitura municipal de São Paulo (1979-1982). *Revista Ser Social*, Brasília (DF), v. 26, nº 55, jul./dez. 2024.
- FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, Polêmicas do Nosso Tempo, 1991.
- GOHN, M. G. *A força da periferia, a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MANCE, E.; PONTUAL, P. (et. al.) *Por uma Central de Movimentos Populares*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MATTOS, M. B. *O sindicalismo brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.
- MONTEIRO, T. W. N. G. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2015.
- QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+ Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SECCO, L. *A História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SILVA, C. O. *Formação política e projeto histórico de classe: a trajetória do 13 de Maio NEP*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

SINGER, P. Movimento de Bairro. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *São Paulo: O Povo em Movimento*. São Paulo: Vozes, 1980.

STEIN, E. (Org.) *Quando os trabalhadores se tornam classe: a construção da riqueza na cidade de São Paulo*. São Paulo: IIEP, 2016.

TELES, A.; SANTA CRUZ, R. *Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.